

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Administração submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, colocando-se à disposição para quaisquer esclarecimentos. São Paulo, 28 de março de 2016

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$)

BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO para os Exercícios Fíndos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE para os Exercícios Fíndos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os Exercícios Fíndos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO para os Exercícios Fíndos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA para os Exercícios Fíndos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em milhares de reais - R\$)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os Exercícios Fíndos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A InterCement Brasil S.A. ("Companhia") está domiciliada na Avenida Nações Unidas, 12.495, 13º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, Brasil. A Companhia tem como controladoras a Caue Austria Holding GmbH e a Cimpor Inversões S.A., com participação no seu capital de 56,78% e 43,22%, respectivamente.

2.1.7. Reconhecimento de receita
A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador.

2.17. Desmantelamento de fábricas
Em face das disposições legais e das práticas em vigor em várias áreas de negócio, os terrenos utilizados em exploração de minas e pedreiras são sujeitos à reconstrução ambiental. Adicionalmente, existem custos que serão exigidos para o desmantelamento de fábricas.

2.2. Base de elaboração das demonstrações financeiras
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2.1. Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.19. Tributações
2.19.1. Impostos corretos
A provisão para imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração consolidada do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

2.3. Bases de consolidação e investimentos em controladas
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas e operadas em conjunto.

2.11. Subvenções governamentais
Não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

2.20. Instrumentos financeiros
Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade for parte das disposições contratuais do instrumento.

2.4. Combinação de negócios
Os negócios são contabilizados pelo seu valor justo, que é a soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos pela Companhia com os antigos controladores da adquirida e das participações societárias assumidas pela Companhia em troca do controle da adquirida, na data de aquisição.

2.12. Estoques
São avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção e apresentados pelo menor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. O custo de produção é determinado de acordo com o método de absorção de custos.

2.21. Caixa e equivalentes de caixa
Contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como empréstimos e recebíveis.

2.5. Participações em empreendimentos em conjunto ("joint ventures")
Uma "joint venture" é um acordo contratual através do qual uma empresa e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a um controle conjunto, situação em que as decisões sobre política

2.13. Imobilizado
É registrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável, se aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados.

2.22. Caixa e equivalentes de caixa
Contas a receber, empréstimos e outros recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo são classificados como empréstimos e recebíveis.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

**Cronograma de vencimento**  
Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas de longo prazo têm o cronograma de vencimento conforme segue:

Exercício	Controladora	Consolidado
2017	448.602	448.602
2018	448.864	448.864
2019	449.127	449.127
2020	449.367	449.367
Após 2021	899.576	899.576
Total	2.695.536	2.695.536
(-) Amortização dos gastos com emissão	(6.046)	(6.052)
Total	2.689.490	2.689.484

**14. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS**

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos tributários, cíveis, trabalhistas e outros. Em bases periódicas, as respectivas Administrações revisam o quadro de riscos conhecidos, avaliam as chances de perdas prováveis e ajustam as provisões, considerando a opinião de seus assessores jurídicos e os demais dados disponíveis no fim de cada exercício. A provisão para riscos é composta como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Trabalhistas e previdenciários	38.143	35.667	44.145	42.236
Tributários (a)	17.493	16.896	20.111	19.437
Cíveis e outros (b)	10.404	8.443	18.080	14.270
Depósitos judiciais (c)	66.040	61.006	82.336	75.943
Total	(13.797)	(14.058)	(13.797)	(14.058)
Total	52.243	46.948	68.539	61.885

(a) Na controladora, referem-se substancialmente aos autos de infração fiscal e ações judiciais relacionadas a: (i) discussão da base de cálculo do ICMS devido por substituição tributária sobre transferência de mercadorias entre estabelecimentos; (ii) discussão sobre a regularidade na compensação de débitos da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS com créditos do Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, autorizada judicialmente; (iii) multa da Superintendência Nacional de Abastecimento e Preços - SUNAB - discussão sobre o auto de infração decorrente da alegação de inabastecimento ao disposto nas LEIS nº 7.784/89, nº 8.035/90 e nº 8.178/91; e (iv) discussão sobre a insuficiência de recolhimento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ, relacionada à exigência de correção monetária sobre empréstimo compulsório à Eletrobrás, no exercício de 1982, ano-base 1981.

(b) Na controladora e no consolidado, refere-se principalmente a reclamações relacionadas a ações indenizatórias.

(c) A Companhia e suas controladas possuem depósitos judiciais atrelados à provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, conforme segue:

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Trabalhistas e previdenciários	12.003	12.389
Tributários	1.635	1.523
Cíveis e outras	159	146
Total	13.797	14.058

**Contingências possíveis**

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas possuem exposição de R\$ 2.213.309 (R\$1.722.149 em 31 de dezembro de 2014), sendo R\$34.691 de contingências trabalhistas (R\$26.481 em 31 de dezembro de 2014), R\$1.511.193 de contingências tributárias (R\$1.069.167 em 31 de dezembro de 2014), R\$ 656.520 de contingências cíveis (R\$615.263 em 31 de dezembro de 2014) e R\$10.905 de processos administrativos de outras naturezas (R\$11.238 em 31 de dezembro de 2014), cuja probabilidade de perda foi considerada possível, conforme opinião dos assessores jurídicos.

A Companhia e outras empresas do setor foram partes em processos administrativos relativos a aspectos de defesa da concorrência, que tramitaram perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

Em julho de 2015, o Tribunal do CADE julgou o recurso administrativo apresentado pela Companhia no processo iniciado pelas autoridades de concorrência em 2007 (bem como para as demais empresas envolvidas), mantendo a decisão de condenação pela formação de cartel e aplicação de multa pecuniária, além de outras penalidades acessórias. A multa aplicada à Companhia em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$539.520 (considerando R\$241.700 para a InterCement e R\$297.820 CCB Cimpor), ficando a Companhia obrigada a alienar 20% da sua capacidade instalada de produto de concreto nos mercados relevantes brasileiros em que atua, entre outras penalidades. Tendo-se tornado definitiva no âmbito administrativo do CADE a referida decisão, o Grupo recorreu judicialmente, tendo obtido, em 22 de outubro de 2015, mediante a apresentação de garantias reais (duas fábricas no Brasil), a concessão da tutela antecipada requerida, para suspender todas as penalidades impostas pelo CADE até o julgamento do mérito da causa. Contra a referida decisão de

**18. PARTES RELACIONADAS**

As transações com partes relacionadas referem-se a adiantamentos, contratos de mútuo e vendas e compras de produtos e serviços.

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são os seguintes:

	Controladora							
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante			Adiantamento de clientes e outras obrigações
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Dividendos a receber	Outros créditos	Fornecedores	Partes relacionadas	Dividendos a pagar	
Operação controlada em conjunto: BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)	-	-	-	-	2.051	-	-	-
Entidades sob controle comum: Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	4.138	1.000	-	7.300	416	-	-	125
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	534	-	-	-	-	-	-	87
Cimpor Trading e Inversões, S.A. (b)	-	-	-	-	2.114	-	-	-
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	-	-	-	-	6.427	-	-	-
Cimpor Financial Operations B.V. (e)	-	-	-	-	-	512.690	-	-
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A. (b)	-	-	-	-	80	-	-	-
Transviária Logística e Transportes Ltda. (b)	-	26	-	-	-	-	-	-
Viol SPE S.A. (b)	4	-	-	-	-	-	-	-
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	42	-	-	-	-	-	-	-
Concret Mix S.A. (f)	-	19.524	-	-	-	-	-	-
Controladas: CCCimentos Participações Ltda.	-	-	-	-	-	1.693	-	1.797
Loma Negra C.I.A. S.A. (c) e (d)	-	-	16.527	-	-	130.332	-	8.052
Controladora: Cauê Austria Holding GmbH	-	-	-	-	-	-	-	-
InterCement Austria Holding GmbH (f)	-	8.837	-	-	-	-	-	-
Cauê Austria Holding GmbH	-	46.077	-	-	-	-	-	-
InterCement Participações S.A.	3	550	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	135	-	-	4
Total em 2015	4.721	76.014	16.527	7.300	11.223	644.715	591	10.065
Total em 2014	1.291	11.407	15.688	7.300	41.270	435.722	591	9.266

	Consolidado							
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo circulante			Adiantamento de clientes e outras obrigações
	Contas a receber	Adiantamentos a fornecedores/ outros créditos	Outros créditos	Fornecedores	Partes relacionadas	Dividendos a pagar		
Operação controlada em conjunto: BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)	-	-	-	-	-	-	-	-
Entidades sob controle comum: Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	4.138	1.000	7.300	416	-	-	-	124
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	534	-	-	-	-	-	-	87
Cimpor Trading e Inversões, S.A. (b)	-	-	-	-	54.222	-	-	-
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	-	-	-	-	6.427	-	-	-
Cimpor Financial Operations B.V. (e)	-	-	-	-	-	512.690	-	-
Sacopor Sociedade de Embalagens e Sacos de Papel S.A. (b)	-	-	-	-	80	-	-	-
Transviária Logística e Transportes Ltda. (b)	-	26	-	-	-	-	-	-
Viol SPE S.A. (b)	4	-	-	-	-	-	-	-
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	42	-	-	-	-	-	-	-
Concret Mix S.A. (f)	-	19.524	-	-	-	-	-	-
Controladora: Camargo Corrêa S.A.	-	-	269	-	15	-	-	4
Cauê Austria Holding GmbH	-	-	8.837	-	-	-	-	-
InterCement Austria Holding GmbH (f)	-	-	46.077	-	-	-	-	-
Cauê Austria Holding GmbH	-	-	550	-	-	-	-	-
InterCement Participações S.A.	3	-	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	-	-	1.320	-	-	907
Total em 2015	4.621	76.257	16.527	7.300	62.480	512.690	907	215
Total em 2014	1.291	11.690	15.688	7.300	41.270	347.667	907	132

As transações efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são como segue:

	Controladora		
	Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) financeiros
	Operação controlada em conjunto: BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)	-	(43.326)
Entidades sob controle comum: Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	6.424	(13.425)	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	8.614	-	-
Cimpor Trading e Inversões S.A. (b)	-	(102.023)	(1.315)
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	-	(973)	(2.166)
Cimpor Financial Operations B.V. (e)	-	-	(185.234)
Transviária Logística e Transportes Ltda. (b)	-	-	(10.758)
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	17.081	-	-
Viol SPE S.A. (b)	1.702	-	-
Controlada: Loma Negra C.I.A. S.A. (c) e (d)	-	-	(41.884)
Controladora: InterCement Austria Holding GmbH (f)	-	-	2.233
Cauê Austria Holding GmbH	-	-	3.201
Camargo Corrêa S.A. (b)	-	-	(697)
Outras	22	(4.129)	-
Total em 2015	33.843	(175.331)	(225.345)
Total em 2014	22.083	(294.248)	(74.239)

	Consolidado		
	Vendas	Compras/ despesas	Receita (despesa) financeiros
	Operação controlada em conjunto: BAESA - Energética Barra Grande S.A. (a)	-	(43.326)
Entidades sob controle comum: Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A. (b)	6.424	(13.425)	-
Camargo Corrêa Desenvolvimento Imobiliário S.A. (b)	8.614	-	-
Cimpor Trading e Inversões S.A. (b)	-	(128.662)	(11.673)
Cimpor Serviços A.G. Empresas S.A. (b)	-	(973)	(2.166)
Cimpor Financial Operations B.V. (e)	-	-	(185.234)
Transviária Logística e Transportes Ltda. (b)	-	-	(10.758)
Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.	17.081	-	-
Viol SPE S.A. (b)	1.702	-	-
Controlada final: InterCement Austria Holding GmbH (f)	-	-	2.233
Cauê Austria Holding GmbH	-	-	3.201
Camargo Corrêa S.A. (b)	-	-	(697)
Outras	22	(5.404)	8
Total em 2015	33.843	(149.161)	(193.811)
Total em 2014	21.377	(329.557)	(64.886)

(a) Contrato de compra e venda de energia entre as empresas do Consórcio BAESA.  
(b) Compra e venda de mercadorias, serviços e ativo imobilizado.  
(c) Empréstimo de mútuo no montante total de US\$32 milhões, sujeito a juros entre 3,0% e 3,9% ao ano, com vencimento do principal e juros em 27 de novembro de 2016 e 29 de julho de 2017, classificado como partes relacionadas no passivo circulante.  
(d) Dividendos propostos e aprovados pelas controladas durante o exercício de 2013.  
(e) Empréstimo de mútuo no montante total de US\$131 milhões, sujeito LIBOR mais juros entre 4,05% e 5,85% ao ano, com vencimento semestral de juros e vencimento do principal em 18 de fevereiro de 2021 e 25 de julho de 2024.  
(f) Venda a receber da controladora InterCement Austria Holding GmbH, decorrente da venda parcial da controlada Yguazú, conforme mencionada na nota explicativa nº 1(b). Os acionistas minoritários da Yguazú efetuaram um adiantamento para a InterCement Austria Holding GmbH, no montante de US\$10 milhões, que será abatido do saldo a receber da Companhia pela venda da controlada Yguazú.

**Remuneração dos administradores**  
a) Controladora  
Em 24 de março de 2015, o montante da remuneração de curto prazo do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários para o exercício de 2015 foi fixado em até R\$8.600, não incluídos encargos sociais, e acrescido de provisão para férias e benefícios de qualquer natureza, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária. Os montantes referentes à despesa com remuneração do Conselho de Administração e dos Diretores Estatutários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão demonstrados a seguir:

	2015	2014
	Salários, remuneração fixa e outros benefícios (i)	4.024
Salários, remuneração fixa e outros benefícios (ii)	369	594
Longo prazo (benefícios pós-emprego) - Previdência privada	220	284
Total da remuneração (sem encargos sociais)	4.613	5.356
Encargos sociais	1.417	1.650
Total da remuneração (com encargos sociais)	6.030	7.006

(i) Remuneração dos Diretores Estatutários.  
(ii) Remuneração do Conselho de Administração.  
b) Consolidado  
O montante pago até 31 de dezembro de 2015 é de R\$22.793, sendo: (i) R\$22.364 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios; e (ii) R\$389 referentes a benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada (R\$19.923 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, sendo R\$16.329 referentes a benefícios de curto prazo, como honorários, encargos e outros benefícios e R\$594 referentes a benefícios pós-emprego (de longo prazo), principalmente relacionados à previdência privada).

antecipação de tutela, o CADE apresentou recurso de Agravo de Instrumento, pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Considerando a opinião dos seus assessores jurídicos, de que a probabilidade de perda na esfera judicial é classificada como possível, não foi constituída provisão para este passivo contingente em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

A movimentação das provisões para riscos é como segue:

	Controladora				
	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	19.035	15.251	22.127	(6.831)	49.582
Constituição/depósito	16.156	1.587	4.367	(10.640)	11.830
Pagamento	(1.906)	-	-	-	(1.906)
Reversão	(9.070)	(4.491)	(16.729)	3.951	(26.339)
Atualização	11.092	4.549	(1.322)	(538)	13.781
Saldo em 31 de dezembro de 2014	35.667	16.896	8.443	(14.058)	46.948
Constituição/depósito	(1.425)	-	217	(3.582)	83
Pagamento	(579)	-	(944)	1.559	2.059
Reversão	-	(497)	(153)	-	(650)
Atualização	1.630	1.094	2.841	(1.762)	3.803
Saldo em 31 de dezembro de 2015	38.143	17.493	10.404	(13.797)	52.243

	Consolidado				
	Trabalhistas e previdenciários	Tributários	Cíveis e outros	Depósitos judiciais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	25.635	17.156	29.090	(6.831)	65.050
Constituição/depósito	18.819	2.271	5.838	(10.640)	16.288
Pagamento	(2.365)	-	(1.248)	-	(3.613)
Reversão	(10.238)	(4.687)	(16.940)	3.951	(27.914)
Atualização	11.098	4.549	(1.321)	(538)	13.788
Varição cambial	(713)	148	(1.149)	-	(1.714)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	42.236	19.437	14.270	(14.058)	61.885
Constituição/depósito	1.732	37	3.127	(1.559)	3.337
Pagamento	(3.054)	(260)	(4.284)	3.582	(4.016)
Reversão	(457)	(812)	-	-	(651)
Atualização	3.961	1.872	5.668	(1.762)	9.121
Varição cambial	(273)	(163)	(701)	-	(1.137)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	44.145	20.111	18.080	(13.797)	68.539

**15. PROVISÃO PARA RECONSTITUIÇÃO AMBIENTAL**

A movimentação da provisão para reconstituição ambiental é como segue:

	Controladora	Consolidado
	Saldo em 31 de dezembro de 2013	61.464
Utilização	(360)	(437)
Atualização	1.632	1.728
Varição cambial	-	(2.233)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	62.736	79.557
Utilização	(1.873)	(1.873)
Atualização	2.542	2.826
Varição cambial	-	(852)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	63.405	79.558

\* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

	Controladora		2014	
	2015	2014	2015	2014
	Valor justo	Valor contabilizado	Valor justo	Valor contabilizado
Empréstimos	390.674	390.537	389.295	388.470
Debêntures	2.849.903	2.886.156	2.812.625	2.847.318
	<b>Consolidado</b>		<b>2014</b>	
	2015	2014	2015	2014
	Valor justo	Valor contabilizado	Valor justo	Valor contabilizado
Empréstimos	390.674	390.537	389.295	388.470
Debêntures	2.849.903	2.887.741	2.812.625	2.851.002

## 28.6. Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a taxas de juros flutuantes e a índices inflacionários, principalmente relacionados às variações do IGP-M, do CDI, da LIBOR, do IPCA e da TJLP nos empréstimos e nas debêntures.

As taxas de juros nas aplicações financeiras são, em sua maioria, vinculadas à variação do CDI. Essas posições estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Ativo:				
CDI	773.758	237.395	782.619	239.414
SELIC	99.417	69.101	102.920	71.992
Total do ativo	<u>873.175</u>	<u>306.496</u>	<u>885.539</u>	<u>311.406</u>
Passivo:				
IGP-M	3.809	8.487	28.413	31.270
CDI	2.934.616	2.968.879	2.936.201	2.972.562
IPCA	-	232	-	233
TJLP	158.027	189.631	180.494	217.083
LIBOR	328.515	223.308	917.186	376.402
Total do passivo	<u>3.424.967</u>	<u>3.390.537</u>	<u>4.062.294</u>	<u>3.597.550</u>

## 28.7. Risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto a concentrações de risco de crédito consistem primariamente de aplicações financeiras e contas a receber. A Companhia e suas controladas mantêm contas-correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras aprovadas pela Administração e somente efetuam transações de venda de produtos de acordo com os critérios de aprovação de crédito desenhados para minimizar os riscos de inadimplência.

## 28.8. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015, a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros das variações de ativos e passivos relevantes em moeda estrangeira da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto e daqueles expostos a variações do IGP-M, do CDI e da TJLP é conforme segue:

Operação	Risco	Controladora			Consolidado		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Exposição ao risco cambial							
Derivativos	Valorização do real	-	-	-	-	-	
Ativo:							
Caixa e equivalentes de caixa	Valorização do real	5	4	3	7.029	5.272	
Contas a receber de clientes	Valorização do real	5	3	2	101	76	
Dividendos a receber	Valorização do real	2.091	1.568	1.045	-	-	
Outros créditos - Partes relacionadas	Valorização do real	6.946	5.210	3.473	6.946	5.210	
Outros créditos	Valorização do real	2.565	1.924	1.283	9.382	7.037	
Passivo:							
Juros, empréstimos e financiamentos	Desvalorização do real	-	-	-	79.974	99.967	
Mútuos com partes relacionadas	Desvalorização do real	82.358	102.947	123.536	64.853	81.066	
Fornecedores no exterior	Desvalorização do real	910	1.138	1.366	11.627	14.533	
Exposição a índices variáveis							

Operação	Risco	Controladora			Consolidado		
		Cenários			Cenários		
		1	2	3	1	2	3
Aplicações financeiras:							
CDI	Queda do índice	122.718	92.038	61.359	124.123	93.093	
SELIC	Queda do índice	15.778	11.833	7.889	16.333	12.250	
Empréstimos e debêntures:							
IGP-M	Aumento do índice	292	365	438	2.179	2.724	
CDI	Aumento do índice	465.430	581.788	698.145	465.681	582.102	
LIBOR	Aumento do índice	3.811	4.763	5.716	10.639	13.299	
TJLP	Aumento do índice	11.062	13.827	16.593	12.635	15.793	
IPCA	Aumento do índice	-	-	-	-	-	

O cenário 1 reflete as expectativas disponibilizadas no mercado financeiro para cálculo dos valores futuros das (reais - R\$) em relação ao cenário 1, quanto à moeda estrangeira, e índices variáveis, dependendo da natureza do risco, de 25%, e o cenário 3 de 50%, em relação ao cenário 1.

O cenário 1 reflete as melhores expectativas da Administração para os possíveis impactos das transações descritas anteriormente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

## 29. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AOS FLUXOS DE CAIXA

Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa

	Controladora		Consolidado	
	2015	2014	2015	2014
Capitalização de juros	15.649	22.722	15.649	22.722
Aquisição de imobilizado por meio de financiamento	-	9.851	126.932	9.851
Vendas de imobilizado que serão recebidas futuramente	25.039	27.079	25.039	27.079
Vendas de investimentos que serão recebidas futuramente	58.572	-	58.572	-
Prescrição de dividendos	591	-	591	-
Gastos de anos anteriores com imobilizados sinistrados	12.997	-	12.997	-

## 30. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 23 de fevereiro de 2016, a Administração da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações financeiras, estando aprovadas para divulgação.

A DIRETORIA

CONTADOR: Nelson Nóbrega da Costa - CRC 1SP 202165/O-9

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da

**InterCement Brasil S.A.**

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da InterCement Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da InterCement Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

São Paulo, 23 de fevereiro de 2016

**Deloitte Touche Tohmatsu**
**Auditores Independentes**

CRC nº 2 SP 011609/O-8

**Ismar de Moura**

Contador

CRC nº 1 SP 179631/O-2